Madalenagir S.A.

Relatório de Gestão e Contas

2014

Madalena do Pico

Índice

I – Relatório de gestão

II – Balanço

III – Demonstração dos resultados por naturezas

IV – Demonstração das variações no capital próprio

V – Demonstração dos fluxos de caixa

VI – Anexo às demonstrações financeiras

VII - Relatório e Parecer do Fiscal Único

VIII – Certificação Legal de Contas

I – Relatório de Gestão

Madalenagir S.A.

Relatório do Conselho de Administração – 2014

1. ENQUADRAMENTO ECONOMICO

As projeções para a economia portuguesa em 2014-2016 refletem a continuação do processo de ajustamento gradual dos desequilíbrios macroeconómicos, num quadro de crescimento moderado da atividade e do nível de preços, caraterizado também pela manutenção da capacidade de reduzir o endividamento externo. Após uma virtual estabilização do nível da atividade nos três primeiros trimestres de 2014, as atuais projeções apontam para a continuação da trajetória de recuperação gradual da atividade iniciada em 2013. Esta evolução deverá traduzir-se numa taxa de variação média anual do Produto Interno Bruto (PIB) de 0,9 por cento em 2014 e de 1,5 e 1,6 por cento em 2015 e 2016, respetivamente, o que configura um crescimento médio neste período ligeiramente superior ao projetado para a área do euro. Estas projeções contemplam a manutenção de um crescimento robusto das exportações e uma aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em 2015-2016, a par de alguma desaceleração do consumo privado. A evolução da procura interna deverá continuar condicionada pelo ainda elevado nível de endividamento do setor privado e pelo processo de consolidação orçamental. O dinamismo das exportações, num contexto de melhoria dos termos de troca, deverá favorecer a manutenção de excedentes da balança corrente e de capital ao longo do horizonte de projeção, permitindo uma melhoria da posição de investimento internacional.

2 - EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

MADALENAGIR, E.M. S.A. pessoa coletiva com o número 512.099.642, com sede na Avenida Machado Serpa, 30 na Vila de Madalena do Pico, teve o seu início de actividade em Março de 2007, teve como objecto a concepção e construção de diversos empreendimentos públicos no Concelho de Madalena do Pico

Esta empresa desde a sua constituição tem estado em investimento, não tendo sido ainda possível concluir o plano de investimentos por atrasos consecutivos na execução da principal empreitada a cargo da Madalenagir EM S.A. , o que tem condicionado de forma substantiva a operacionalização dos investimentos em curso por forma a que a empresa passe exclusivamente para a exploração e gestão dos equipamentos , oferecendo ao mercado um conjunto de equipamentos e sendo devidamente ressarcida.

Assim o Plano de investimentos para a Madalenagir S.A., pretendeu levar a cabo os seguintes empreendimentos:

1- Execução do complexo desportivo de S. Mateus, compreendendo a execução do campo de futebol e respectivas bancada e iluminação.

2- Execução do Auditório e respectivos Arranjos exteriores.

3- Edifício Sócio Educativo do Concelho da Madalena

O capital social da empresa é de 50.000 €, através de 50.000 acções de 1 euros cada, subscrito do seguinte modo em 31 de Dezembro de 2014:

Estrutura Accionista

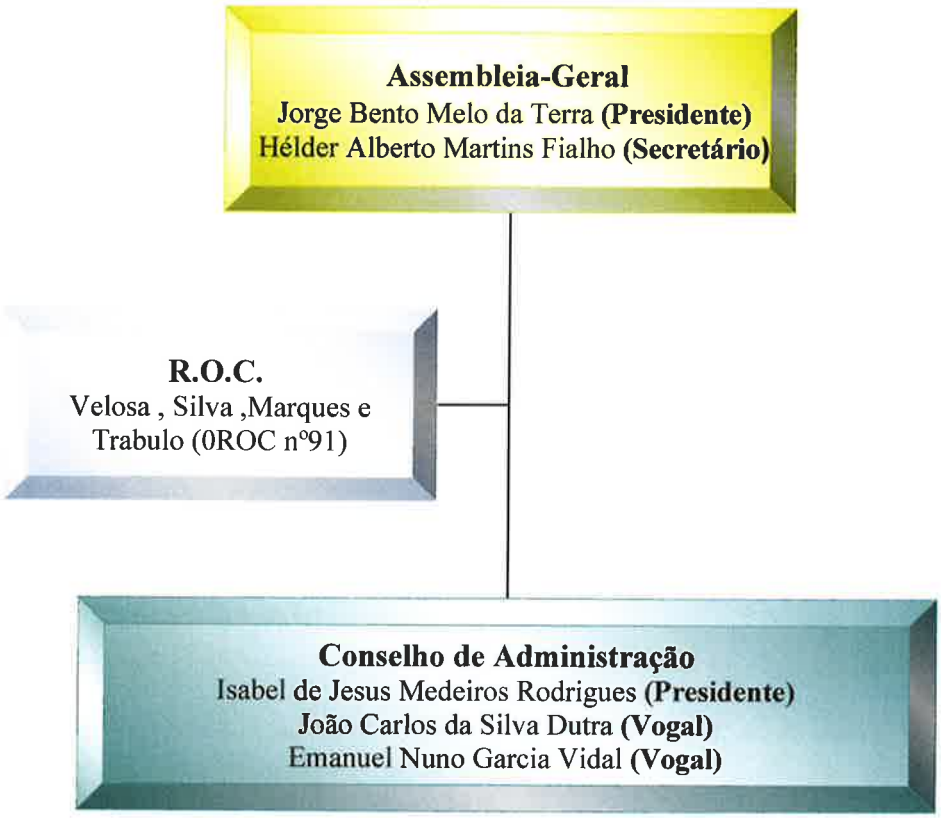
Entidade	Acções	Valor	%
MADALENA PROGRESSO EM LIQUIDAÇÂO EEM	50.000	50.000	100,00%
	50.000	50.000	100%

Madalenagir S.A.

Em Fevereiro de 2013, quer o acionista único quer o Município da Madalena do Pico, deliberaram, proceder à alienação gratuita das ações da Madalena Progresso EEM para o âmbito do município, situação esta ainda não concretizada.

No entanto, foi lançado concurso publico para a alienação da participação da Madalena Progresso na Madalenagir, o qual segue a recomendação do tribunal e contas e da própria lei nº 50/2012 .

Estrutura organizacional Em 31 de Dezembro de 2014



2 - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após 31 de Dezembro de 2014 e até á presente data, não ocorreram factos financeiros, económicos e patrimoniais relevantes que influenciassem os resultados de 2014.

3. EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE

A evolução da atividade em 2015 será marcada pela necessidade de concluir o principal investimento em curso da Madalenagir e no inicio de 2016 colocar no mercado o mesmo por forma a que a empresa passe para uma fase de exploração dos diversos equipamentos , para os quais procedeu a investimentos com algum significado nos últimos anos .

4. BREVE ANALISE DA SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA

- A empresa tem cumprido a regra do equilíbrio de exploração, situação esta obrigatória ao abrigo da Lei 50/2010 de 31 de Agosto, mantendo-se na sua exploração perfeitamente equilibrada, conforme provam os elementos contabilísticos e financeiros.
- O activo líquido da empresa, em 31 Dezembro de 2014, situou-se nos 7,52 milhões de euros.
- Os custos totais de atividade operacional afeta aos investimentos em curso (excluindo juros e amortizações) da empresa totalizaram em 2014, 216,5 mil euros

Ao nível de recursos humanos, a sociedade conta no seu quadro com uma técnica superior e um administrativo, os quais desenvolvem toda a actividade administrativa da sociedade. Toda a actividade de operacional apoiada por um quadro em regime de

outsourcing para os assuntos administrativos/financeiros, de controlo administrativo e de custos da sociedade, bem como no apoio aos projectos de investimento.
O Conselho de Administração é composto por 3 elementos, o qual reúne de dois em dois meses, quando necessário, para acompanhar a gestão da sociedade.

A Sociedade tem definido e subjacente à sua actividade, um plano de atividades e orçamentos de exploração e de investimento.

5 - DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÄO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

6 - PROPOSTA DE APLICAÇÄO DE RESULTADOS

Foi apurado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, um resultado antes de impostos de 0 (zero) euros, e igualmente um resultado líquido nulo.
È proposto pelo Conselho de Administração a aplicação dos resultados líquidos do exercício em resultados transitados

Como nota final, a Administração aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições bancárias e demais entidades que com ela se relacionam.

Madalena do Pico, 22 de Maio de 2015

O Conselho de Administração

II – Balanço

MADALENAGIR S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

unid: euros

	NOTAS	31-12-2014	31-12-2013
ATIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	6.678.452,50	5.166.884,00
		6.678.452,50	5.166.884,00
Ativo corrente			
Clientes	8	2.192,40	11.771,38
Estado e outros entes públicos	9	296.532,28	271.518,75
Outras contas a receber	8	232.322,53	235.115,68
Diferimentos	10	214,88	253,11
Caixa e depósitos bancários	4	310.570,92	1.754.995,06
		841.833,01	2.273.653,98
Total do ativo		7.520.285,51	7.440.537,98
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	11	50.000,00	50.000,00
		50.000,00	50.000,00
Resultado líquido do período		0,00	0,00
Total do capital próprio	11	50.000,00	50.000,00
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	12	6.441.457,32	6.869.115,30
		6.441.457,32	6.869.115,30
Passivo corrente			
Fornecedores	13	23.636,87	21.706,18
Adiantamento de clientes	8	0,00	1.800,83
Estado e outros entes públicos	9	816,46	1.490,47
Financiamentos obtidos	12	427.656,85	420.709,95
Outras contas a pagar	13	576.718,01	72.981,63
Diferimentos	10	0,00	2.733,62
		1.028.828,19	521.422,68
Total do passivo		7.470.285,51	7.390.537,98
Total do capital próprio e do passivo		7.520.285,51	7.440.537,98

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

III – Demonstração dos resultados

MADALENAGIR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

unid: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2014	2013
Vendas e serviços prestados	14	11.251,78	192.952,16
Subsídios à exploração	15	0,00	90.000,00
Trabalhos para a própria entidade	16	282.087,73	328.323,07
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	17	0,00	(14.102,84)
Fornecimentos e serviços externos	18	(174.665,69)	(476.929,22)
Gastos com o pessoal	19	(37.028,67)	(31.243,08)
Outros rendimentos e ganhos	20	0,00	3.853,83
Outros gastos e perdas	21	(4.804,64)	(5.719,97)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		76.840,51	87.133,95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(18.490,36)	(18.420,55)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		58.350,15	68.713,40
Juros e rendimentos similares obtidos	22	2.034,08	1.788,88
Juros e gastos similares suportados	23	(60.384,23)	(70.502,28)
Resultado antes de impostos		0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		0,00	0,00

IV – Demonstração das variações no capital próprio

MADALENAGIR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
A 1 de Janeiro de 2013		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo inicial reexpresso		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação dos resultados de 2012		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO INTEGRAL					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A 31 de Dezembro de 2013		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
A 1 de Janeiro de 2014		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO INTEGRAL					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A 31 de Dezembro de 2014	11	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00

V – Demonstração dos fluxos de caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

unid: euros

	NOTAS	2014	2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		17.748,23	56.948,06
Pagamentos a fornecedores		(208.257,80)	(683.839,16)
Pagamentos ao pessoal		(37.305,58)	(29.912,67)
Caixa gerada pelas operações		(227.815,15)	(656.803,77)
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(597,39)	(957,08)
Outros recebimentos/(pagamentos)		(3.241,51)	(3.158,79)
Fluxos de caixa das actividades operacionais		(231.654,05)	(660.919,64)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(730.940,66)	(963.438,13)
Recebimentos respeitantes a:			
Juros e rendimentos similares		2.117,09	1.423,33
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento		(728.823,57)	(962.014,80)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	3.578.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(420.711,08)	(146.373,44)
Juros e gastos similares		(63.235,44)	(68.261,65)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		(483.946,52)	3.363.364,91
Variação de caixa e seus equivalentes		(1.444.424,14)	1.740.430,47
Efeito da diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.754.995,06	14.564,59
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	310.570,92	1.754.995,06

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

VI – Anexo às demonstrações financeiras

Anexo ás demonstrações financeiras
Exercício de 2014 e 2013

1. Introdução

A **MADALENAGIR S.A.,** tem por objeto social a criação, implementação, desenvolvimento, instalação, gestão, e conservação de equipamentos turísticos, desportivos, recreativos, culturais, ambientais e habitacionais de âmbito local no município da Madalena do Pico, e, complementarmente, promover a implementação, a construção, a gestão e a exploração de áreas, equipamentos e infraestruturas de desenvolvimento urbano e de construção prioritária no Concelho da Madalena do Pico, bem como a prestação de outros serviços conexos que tenham em vista a melhor utilização dos seus recursos disponíveis.

A MADALENAGIR foi constituída em 1 de Março de 2007, com um capital social de 50.000 euros, subscrito e realizado em numerário pela empresa municipal MADALENA PROGRESSO, E.M. que, em 19 de Março de 2010, passou a ser à única acionista, a qual garantiria diretamente ou através da Câmara Municipal de Madalena do Pico, o financiamento da construção, instalação, gestão, exploração e conservação de equipamentos e desenvolvimentos urbanísticos de natureza diversa.

A MADALENAGIR rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e também por disposições específicas da Câmara Municipal da Madalena do Pico, com especial destaque no que respeita ao estabelecimento e definição dos investimentos públicos a realizar e na sua sustentação financeira.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas e baseadas na estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística. Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Estas políticas têm sido consistentemente aplicadas todos os anos, salvo indicação em contrário.

(a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais efectivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidos na demonstração dos resultados.

(b) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais de perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os custos de financiamentos obtidos directamente relacionados com a construção e desenvolvimento de activos fixos tangíveis são considerados como parte integrante do custo desses activos até data da sua conclusão.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes e em conformidade com o período de vida útil estimado que se indica abaixo que são objecto de revisão anual, sendo o efeito de alguma alteração a estas estimativas reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 10 a 50 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 10 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 10 anos

Os dispêndios subsequentes com a manutenção e reparação dos activos fixos tangíveis que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridos.

O ganho ou a perda decorrente da alienação ou abate de activos fixos tangíveis, determinada como a diferença entre os proventos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada, é reconhecido em resultados no momento da sua ocorrência.

(c) Imparidade de activos fixos tangíveis

As quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respectivos activos.

A quantia recuperável do activo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

(d) Investimento em curso

Os "Investimentos em Curso" representam os activos fixos tangíveis e intangíveis ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido das perdas por imparidade acumuladas, estes activos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados nos fins pretendidos. Em virtude da Madalenagir se encontrar em fase de investimento, foi definida a seguinte política de capitalização de gastos:

- A totalidade dos gastos financeiros diretamente relacionados com o financiamento do investimento que ainda se encontra em fase de construção/desenvolvimento até ao momento em que a infraestrutura esteja substancialmente concluída;
- Os gastos com o pessoal diretamente relacionado com a atividade de planeamento e obra ;
- Os fornecimentos e serviços externos, que foram, pela sua natureza, registados nos centros de custos diretamente relacionados com a construção das infraestruturas.

Os custos de estrutura da Madalenagir, bem como os custos financeiros de empréstimos obtidos diretamente atribuíveis à aquisição ou, construção de ativos, têm vindo a ser capitalizados, de forma consistente ao longo do tempo, enquanto as atividades de construção das infraestruturas (ou outras que sejam necessárias para preparar as infraestruturas para o seu uso pretendido) estejam em curso.

(e) Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais e estão mensurados ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando as houver.

(f) Imparidade de activos financeiros

As quantias escrituradas dos activos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objectiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses activos serão, ou não, afectados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objectivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

(g) Outras contas a pagar

As outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva.

As outras contas a pagar são classificadas no passivo corrente, excepto se a liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após o Balanço.

(h) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após a data de relato.

(i) Locações

Os contratos de locação são classificados em locações financeiras ou operacionais dependentemente de serem, ou não, transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. Assim, o respectivo activo fixo tangível e as correspondentes responsabilidades são reconhecidas no balanço, sendo são classificadas como um passivo corrente ou não em consonância com o plano financeiro contratual. Subsequentemente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

As rendas das locações operacionais são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período contratual.

(j) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A MADALENAGIR S.A. S.A. desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os activos financeiros transferidos com o respectivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A MADALENAGIR S.A. desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

(k) Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando existe uma certeza razoável que na Empresa irá cumprir com as condições associadas à sua atribuição. Os subsídios que compensam despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas e os que compensam a aquisição de um activo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil estimada.

(l) Caixa e equivalentes a caixa

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

(m) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato.

(n) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transacções registadas directamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

(o) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) possa estimar fiavelmente o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para reflectirem a melhor estimativa.

Os activos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

(p) Especialização de custos e proveitos

As despesas e receitas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de Outras contas a pagar e a receber e diferimentos.

(q) Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

As principias estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transacções existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva.

(r) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não dão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

4. Fluxos de caixa

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Numerário	-	-
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	310.571	1.653.821
Outros depósitos bancários	-	101.174
	310.571	1.653.821

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2014, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2013, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. Partes relacionadas

O capital social da MADALENAGIR é de 50.000 euros, representado por 50.000 acções ordinárias com valor nominal de um euro, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

As acções representativas do capital social subscrito e realizado são assim detidas pela Madalena Progresso, E.E.M..

Durante o ano de 2014, não houve qualquer transação com a empresa mãe, Madalena Progresso, E.E.M, e não existe qualquer saldo pendente.
A empresa mãe, Madalena Progresso, E.E.M, foi dissolvida e encontra-se numa fase de liquidação.

7. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido durante o ano nos ativos fixos tangíveis em 31 de Dezembro de 2014, compreendem:

	31 de Dezembro de 2014			
	Saldo em 01-01-2014	**Aquisições / Dotações**	**Transferências/ Abates**	**Saldo em 31-12-2014**
Custo:				
Terrenos e recursos naturais	787.370	2.760	-	790.130
Edificios e outras construções	12.500	-	-	12.500
Equipamento de transporte	78.375	-	-	78.375
Equipamento administrativo	13.804	-	-	13.804
Investimentos em curso	4.336.337	1.527.299	-	5.863.636
	5.228.385	1.530.059	-	6.758.444
Depreciações acumuladas				
Edificios e outras construções	3.750	1.250	-	5.000
Equipamento de transporte	50.679	13.638	-	64.317
Equipamento administrativo	7.072	3.603	-	10.675
	61.501	18.490	-	79.992
Valor líquido	5.166.884			6.678.453

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2013 nos ativos fixos tangíveis, compreendem:

	31 de Dezembro de 2013			
	Saldo em 01-01-2013	**Aquisições / Dotações**	**Transferências/ Abates**	**Saldo em 31-12-2013**
Custo:				
Terrenos e recursos naturais	442.370	345.000	-	787.370
Edificios e outras construções	12.500	-	-	12.500
Equipamento de transporte	53.375	25.000	-	78.375
Equipamento administrativo	11.495	2.309	-	13.804
Investimentos em curso	3.532.246	804.091		4.336.337
	4.051.985	1.176.400	-	5.228.385
Depreciações acumuladas				
Edificios e outras construções	2.500	1.250	-	3.750
Equipamento de transporte	37.042	13.638	-	50.679
Equipamento administrativo	3.539	3.533	-	7.072
	43.081	18.421	-	61.501
Valor líquido	4.008.905			5.166.884

O saldo dos investimentos em curso em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, compreendiam:

	2014	**2013**
Req. Centro da Madalena	412.956	391.307
Edificio Multiusos	399.501	377.601
Campo Futebol de S. Mateus	1.210.673	1.145.615
Edificio Socio Educativo	1.042.819	1.044.249
Auditório Municipal da Madalena	2.563.902	1.224.477
Escola Profissional do Pico	87.850	82.071
Museu Municipal	37.812	21.803
Casa do Missionário	97.584	49.214
Outros	10.539	-
	5.863.636	4.336.337

8. Clientes e outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 as rubricas de Clientes e Outras contas a receber apresentavam a seguinte composição:

	2014	**2013**
Clientes		
Outros	2.192	11.771
Adiantamento de clientes		
Outros	-	1.801
Outras contas a receber		
Juros a receber	-	366
Outros	232.323	234.750
	232.323	235.116

9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 as rubricas de Estado e outros entes públicos apresentavam a seguinte composição:

	2014		2013	
	Activo	**Passivo**	**Activo**	**Passivo**
Imposto sobre o rendimento				
Pagamentos por conta	3.755	-	3.039	-
Retenção na fonte	480		249	
IRC a recuperar	229	-	-	-
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares				
Trabalho dependente	-	165	-	148
Trabalho independente	83	-	-	699
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar	91.985		268.230	
IVA - reembolsos pedidos	200.000			
IVA - liquidações oficiosas	-		-	
Contribuições para a segurança social	-	651	-	644
	296.532	816	271.519	1.490

A MADALENAGIR, S.A. está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa reduzida a aplicar para determinação do IRC é de 18,4%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos e 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais à declaração de impostos de 2014 e 2013 não terá um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro dos anos anteriormente referenciados.
Em 31 de Dezembro de 2014, não existiam quaisquer diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscais susceptíveis de registo contabilístico em impostos diferidos activos e passivos.

10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte composição:

	2014		2013	
	Activo	**Passivo**	**Activo**	**Passivo**
Outros gastos a reconhecer	215	-	253	-
Outros rendimentos a reconhecer	-	-	-	2.734

11. Capital realizado

O capital social da MADALENAGIR S.A. é de 50.000 euros, representado por 50.000 acções ordinárias com valor nominal de um euro, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

As acções representativas do capital social subscrito e realizado são assim detidas pela Madalena Progresso, E.E.M..

O movimento registado nesta conta diz respeito exclusivamente à realização do capital social em 2007 e o resultado apurado no ano.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, foram aprovadas em Assembleia Geral realizada em 03 de Junho de 2014.

12. Financiamentos obtidos

Em 13 de Novembro de 2007, foi celebrado um financiamento bancário de longo prazo, que poderá atingir o montante máximo de 7.584.000 euros, subdivido em empréstimos autónomos de acordo com os investimentos especificamente realizados. Em 31 de Dezembro de 2014, estava utilizado o montante máximo, ou seja, o valor de 7.584.000 euros, correspondendo (i) 604.000 euros ao financiamento do projecto de arquitectura e de execução do Pavilhão Multiusos e requalificação das zonas envolventes e zona histórica da vila; (ii) 696.000 euros destinado à construção do campo de jogos de S. Mateus, (iii) 1.345.125 euros referente à construção do imóvel Sócio – Educativo, e (iv) 4.938.875 euros para a construção de pavilhão multiusos e o auditório municipal.

Em 31 de Dezembro de 2014 estava por liquidar 6.869.114 euros destes empréstimos que têm um prazo de 20 anos, e serão reembolsados em prestações semestrais de capital e juros, sucessivas e iguais, sendo estes calculados de acordo com a taxa nominal e o preçário dos custos associados atualmente em vigor pela entidade bancária, estando assim previsto que o reembolso de amortização de capital, em 2015, será de 427.656 euros.

As obrigações emergentes deste financiamento estão garantidas pela totalidade dos fluxos financeiros provenientes da Câmara Municipal da Madalena do Pico e do acionista MADALENA PROGRESSO, E.M. o qual também emitiu uma carta conforto para este efeito.

13. Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 as rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar apresentavam a seguinte composição:

	2014	2013
Fornecedores		
Outros	23.637	21.706
Outras contas a pagar		
Fornecedores de investimentos	542.055	32.542
Remunerações a liquidar	4.282	4.044
Juros a liquidar	23.175	24.606
Outros	7.206	11.789
	576.718	72.982

14. Vendas e prestações de serviços

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o rédito reconhecido resulta de:

	2014	2013
Serviços de construção civil	-	-
Curso Formação Artística	11.252	9.468
Workshop	-	733
Concessão de epaços	-	8.637
Madalenaventura	-	534
Comparticipação Festas	-	164.551
Bar da Piscina	-	9.029
	11.252	192.952

15. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2014, a Madalenagir, SA, reconheceu os seguintes montantes na rubrica "Subsídios à exploração":

	2014	2013
Subsídios à exploração		
Sub. Estado e outros entes públicos	-	90.000
	-	-
	-	90.000

Nesta rubrica são reconhecidos os subsídios que serve para compensar a entidade por despesas incorridas, no âmbito da formação artística provenientes de um contrato programa celebrado entre a Madalenagir, SA e a Câmara Municipal da Madalena.

16. Trabalhos para a própria entidade

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os gastos incorporados no custos dos activos fixos tangíveis em curso de construção resultaram de:

	2014	2013
Trabalhos para a própria entidade		
Encargos de estrutura	226.142,48	259.610
Encargos financeiros	55.945	68.713
	282.087,73	328.323

Os encargos de estrutura compreendem os gastos diretos, relacionados com as áreas técnicas envolvidas na construção de ativos da Empresa são capitalizados no ativo fixo tangível. Esta capitalização é efetuada em função dos recursos internos utilizados e dos tempos despendidos, por contrapartida da rubrica de "Trabalhos para a Própria Entidade".

Os encargos financeiros compreendem os gastos de financiamento relacionados com os ativos em construção sendo capitalizados em função dos dispêndios do ativo que resultem em pagamentos de caixa.

17. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Em 31 de Dezembro de 2014 não existia custo da matéria prima vendida, dado que apenas houve exploração do bar da piscina no ano de 2013, conforme se segue:

	2014	2013
Matérias primas - cmpvc	-	14.103
	-	14.103

18. Fornecimentos e serviços externos

Os Fornecimentos e serviços externos dos anos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 detalham-se conforme se segue:

	2014	2013
Subcontratos	-	-
Trabalhos especializados	98.031	62.017
Publicidade e propaganda	24	27.338
Honorários	133	26.692
Ferr. e utens. desg.rápido	437	5.283
Material de escritório	1.011	2.156
Deslocações e Estadas	7.402	42.978
Seguros	-	77
Contencioso e notariado	1.290	733
Organização de eventos	1.650	194.962
Curso formação artística	44.138	75.910
Outros	20.550	38.784
	174.666	476.929

19. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal nos anos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 detalham-se conforme se segue:

	2014	2013
Remunerações do pessoal	30.246	25.297
Encargos sobre remunerações	6.023	5.543
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	760	404
	37.029	31.243

Em 31 de Dezembro de 2014 haviam dois trabalhadores, enquanto que em 2013 haviam dois funcionários e um estagiário.

20. Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica referente a outros rendimentos e ganhos tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Rendimentos suplementares		
Outros rendimentos suplementares	-	3.785
	-	3.785
Outros	-	69
	-	3.854

21. Outros gastos e perdas

Em 31de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de Outros gastos e perdas detalhava-se da seguinte forma:

	2014	2013
Impostos		
Directos	2.842	3.839
Indirectos	25	49
Taxas	1	1
	2.868	3.888
Outros	1.937	1.832
	4.805	5.720

22. Juros e réditos similares

Os juros e réditos similares apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2014 e 2013:

	2014	2013
Juros obtidos		
De depósitos	2.034	1.789
Outros juros	-	-
	2.034	1.789

23. Juros e gastos similares

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica juros e outros gastos similares compreendia:

	2014	2013
Juros suportados		
De financiamentos obtidos	57.979	47.100
De mora e compensatórios	6	10
Outros juros	-	-
Imposto selo sobre os juros	2.399	23.392
	60.384	70.502

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VII - Relatório e Parecer do Fiscal Único

VELOSA, SILVA, MARQUES E TRABULO
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na O.R.O.C. sob o n.º 91
Contribuinte n.º 502 500 662

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e dar o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da **MADALENAGIR, E.M., S.A.**, em referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Ao longo do exercício analisamos com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, os quais satisfazem as disposições legais e do contrato da sociedade.

O Conselho de Administração e os Serviços prestaram-nos com prontidão os esclarecimentos e informações de que necessitámos.

O Relatório de Gestão explana, com suficiente clareza, a evolução da actividade durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Consideramos que o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo satisfazem os preceitos legais e estatutários, reflectem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.

Os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas são os constantes do Anexo.

Foram cumpridas as formalidades legais e do contrato de sociedade sobre a prestação de contas e fiscalização da sociedade.

Face ao que antecede somos de parecer que:

a) Aproveis o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao ano findo em 31 de Dezembro de 2014;

b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação dos resultados do exercício.

Porto, 23 de Maio de 2015

Velosa, Silva, Marques e Trabulo, SROC
Representada por:

José Manuel Varandas Marques (ROC nº 722)

VIII – Certificação Legal de Contas

VELOSA, SILVA, MARQUES E TRABULO
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na O.R.O.C. sob o n.º 91
Contribuinte n.º 502 500 662

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **MADALENAGIR, E.M., S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 7.520.285,51 Euros e um total de capital próprio de 50.000,00 Euros, incluindo um resultado de 0,00 Euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **MADALENAGIR, E.M., S.A.**, em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 23 de Maio de 2015

Velosa, Silva, Marques e Trabulo, SROC
Representada por:

José Manuel Varandas Marques (ROC n.º 722)